

CartaCapital

Economia

Opinião

A indústria esquecida

Meirelles, o favorito do mercado para a Fazenda, deu curso às políticas que desmantelaram a manufatura brasileira

por **Luiz Gonzaga Belluzzo** — publicado 05/05/2016 04h02

Alexandre Campbell/ Forum World Economic



O íncrito Henrique Meirelles

O vice-presidente **Michel Temer** movimenta suas tropas para formar o governo provisório, caso o

Senado acolha a abertura do **processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff**. Entre os favoritos para assumir como plenipotenciário da área econômica desponta o ex-presidente

do Banco Central de Lula, o ínclito **Henrique Meirelles**. É o favorito do mercado.

Ao longo de sua gestão no Banco Central, Meirelles seguiu a cartilha de seus apadrinhadores e deu curso às políticas que, desde os anos 1980, desmantelaram a indústria brasileira.

Naquele período, a economia brasileira foi submetida à regressão industrial e econômica deflagrada pela crise da dívida externa e suas consequências: escassez de divisas, enormes déficits fiscais, alta inflação com indexação generalizada e crise monetária.

A chamada “década perdida” foi marcada por forte restrição externa. Isso suscitou a queda pronunciada da relação entre as importações e o PIB, que chegou à incrível cifra de 3%. Trata-se de um fechamento “forçado” da economia. Nesse ambiente de caos econômico, o Brasil deixou de incorporar os novos setores e, portanto, as novas tecnologias da chamada Terceira Revolução Industrial.

A estabilização do nível geral de preços levada a cabo em meados dos anos 1990 livrou a economia brasileira da hiperinflação, mas não teve forças para eliminar a herança dos malfadados anos 1980. As condições em que foi realizada a estabilização custou ao Brasil uma combinação perversa entre câmbio valorizado e **juros estratosféricos**, com graves prejuízos para o crescimento e a diversificação da indústria.

O “afastamento” das transformações manufatureiras globais nos legou insuficiências em vários setores: infraestrutura de telecomunicações móveis, PCs, computadores portáteis, tevês de plasma e LCD, câmeras digitais, componentes eletrônicos, para não falar da robótica, dos novos materiais e da nanotecnologia.

No plano dito “microeconômico”, a organização empresarial brasileira distanciou-se das novas formações empresariais que surgem no âmbito da formação das cadeias produtivas globais. A reconfiguração do espaço global foi acolhida com eficientes respostas estratégicas nas economias asiáticas, sob a égide de agressivas políticas industriais e de exportação de manufaturados. No fim dos anos 1970, a produção e a exportação de manufaturados brasileiros eram próximas ou superiores às de seus concorrentes asiáticos. Hoje, esses países têm posições que são um múltiplo da produção e exportação brasileiras de manufaturados.

A escalada industrial da China tornou nossa situação no setor ainda mais desvantajosa. A estratégia chinesa apoiou-se numa agressiva exportação de manufaturados, com seu ápice na segunda metade dos anos 2000.

Isso, combinado à mudança favorável nos termos de troca, acentuou as tendências que

afligiram a economia industrial brasileira nos últimos 30 anos: valorização cambial, “reprimarização” da pauta de exportação, bloqueios à diversificação da estrutura industrial, permanência de uma organização empresarial defensiva e frágil.

A **fragilização industrial** ocorre em um momento de intenso movimento de fusões e aquisições em todos os níveis das cadeias produtivas globais. Sendo assim, a política industrial não pode reproduzir as orientações do período dito nacional desenvolvimentista e, muito menos, promover uma abertura comercial sem uma política industrial e financeira ajustada aos tempos de hoje.

A literatura relevante sobre processos de industrialização ou de (re)industrialização assinala a importância da ação do Estado na promoção das formas de financiamento, na educação, na criação de sistemas de inovação e nas políticas comerciais, leia-se, na abertura de oportunidades a serem capturadas pelas iniciativas do setor privado. Não é preciso lembrar ao leitor que essa foi a experiência de Alemanha, Japão, Coreia, China e Estados Unidos.

A manutenção do câmbio real competitivo é condição necessária, porém, não suficiente para a constituição da nova política, mas deve ser complementada por um conjunto de ações governamentais executadas simultaneamente.

A escolha das cadeias prioritárias é de suma importância. É reconhecido o potencial de inovação e da disposição para suportar riscos de alguns segmentos da vida empresarial brasileira. Falamos do **agronegócio**, da indústria de base e das sinergias que podem nascer das parcerias público-privadas nas áreas de infraestrutura. Essas políticas possuem características que permitem a concertação de ações voltadas para a qualificação das cadeias industriais.